

## **Problemática da Extensão Universitária como Desafio da Aprendizagem por Experiência: Caso da uma Instituição de Ensino Superior Angolana**

*Problems of University Extension as Challenges of Learning by Experience: Case of an Angolan Higher Education Institution*

**Pedro Chiangalala Kavela<sup>1</sup>**

*Escola Superior Pedagógica do Kwanza Norte  
pedrochiangalacavela@yahoo.com*

**Francisco António José<sup>2</sup>**

*Escola Superior Pedagógica do Kwanza Norte  
Franciscojos36@yahoo.com*

**Bernardo Domingos Viana<sup>3</sup>**

*Escola de Magistério Secundário de Ambaca no Kwanza Norte  
vianaginasiocerebral@gmail.com*

### **Resumo**

A pesquisa visou analisar as teorias que sustentam a problemática da extensão universitária como desafio da aprendizagem por experiência: no caso da Escola Superior Pedagógica do Kwanza Norte. Trata-se de uma pesquisa descritiva, com abordagem qualitativa. Os fundamentos teóricos apresentados de acordo com a base legal da extensão universitária, a qual permitiu-nos perceber que a Escola Superior Pedagógica do Kwanza Norte necessita de integrar a extensão universitária como desafio da aprendizagem por experiência. Além disso, as opiniões dos docentes e estudantes levaram-nos a confirmar que há maior interesse dos mesmos em participarem activamente na cooperação, quer seja a nível interno quer a nível externo, alegando ainda a falta da concretização e implementação da extensão universitária como um dos factores condicionante do ensino, investigação, extensão e inovação. Outrossim, por meios da observação e da entrevista foi constatado que há fraca promoção da aprendizagem por experiência, o que tem provocado descrédito na qualidade formativa e instrutiva dos estudantes por parte de potenciais empregadores. Todavia, a resolução cinge-se em tornar operante a extensão universitária através da integração, interdisciplinaridade e flexibilidade como princípios norteadores do Sistema de Educação e Ensino previstos nos diplomas e regulamentos do funcionamento do ensino superior angolano. Finalmente, as sugestões apresentadas estão em altura de perspectivar a extensão universitária nas instituições do ensino superior no geral e na ESPKN em particular.

**Palavras-chave:** problemática, extensão universitária, aprendizagem por experiência.

---

<sup>1</sup> Mestre em Ensino Primário

<sup>2</sup> Mestre em Ciências da Educação

<sup>3</sup> Licenciado em Ensino da Língua Portuguesa

### **Abstract**

The purpose of the research was to analyze theories that support the problem of university extension as a challenge of learning by experience: case of High Pedagogical School of Kwanza Norte. It is a descriptive research, with a qualitative approach. The theoretical foundations presented according to the legal basis of university extension which allowed us to realize that High Pedagogical School of Kwanza Norte needs to integrate university extension as a challenge of learning by experience. In addition, the opinions of teachers and students lead us to confirm they have a greater interest to actively participate in the cooperation of knowledge, whether internally or externally, they also claim the lack of implementation of university extension as one of the deterrent factors for teaching, research, extension and innovation. Furthermore, through observation and interview, it was found that there is a weak promotion of learning by experience, which has caused discredit in the teacher training quality of students by potential employers. However, the resolution is limited to making university extension operational through integration, interdisciplinarity and flexibility as guiding principles of the Education System in the decrees and regulations for the functioning of Angolan higher education. Finally, the suggestions presented are capable of making university extension successful in higher education institutions in general and High Pedagogical School of Kwanza Norte in particular.

**Keywords:** problem, university extension, learning by experience.

### **Introdução**

O presente artigo descreve a problemática da extensão universitária como desafio da aprendizagem por experiência: caso da Escola Superior Pedagógica do Kwanza Norte (ESPKN). A pesquisa surgiu das constatações frequentes da falta de articulação dos três eixos norteadores dos processos universitários, nomeadamente: ensino, investigação e extensão. O não cumprimento deste postulado cria estrangulamentos significativos na qualidade dos serviços prestados pelas Instituições de Ensino Superior (IES), no geral e em particular na Instituição tomada como cenário da investigação.

De acordo com a revisão bibliográfica efectuada, a par das observações obtidas na prática docente na Escola Superior Pedagógica do Kwanza Norte e das opiniões recolhidas de forma aleatória dos professores e estudantes da referida Instituição de Ensino, podemos afirmar que os principais pontos causadores da problemática em investigação resultam em:

- a. Escassa interdisciplinaridade, integralidade e flexibilidade como princípios norteadores do Sistema de Educação e Ensino previstos na Lei n.º 17/16, de 07 de Outubro, alterada e republicada pela Lei n.º 32/20, de 12 de Agosto, diploma que reajusta a Reforma Educativa;
- b. Falta de integração da teoria pragmática na organização, gestão e execução dos Projectos Pedagógicos dos Cursos de Graduação, um viés ao articulado nas Normas Curriculares Gerais de Graduação do Subsistema de Ensino Superior (Decreto n.º 193/18, de 10 de Agosto);
- c. Gestão centralizada na ESPKN, enfraquecendo a valorização dos serviços de intercâmbio e cooperação na dinamização da extensão universitária;
- d. Pouca promoção da aprendizagem cooperativa a qual enfraquece a aprendizagem por experiência;
- e. Pouco reconhecimento do potencial dos estudantes para sua integração nos projectos de extensão;
- f. Ausência de um regulamento sobre extensão universitária na ESPKN.

Estas e outras preocupações levaram-nos a levantar o seguinte problema de investigação: de que forma a extensão universitária perspectiva os desafios da aprendizagem por experiência na ESPKN?

A resposta a esta pergunta está ligada ao cumprimento do seguinte objectivo geral: analisar teorias que sustentam a problemática da extensão universitária como desafio da aprendizagem por experiência no caso da ESPKN.

A relevância da investigação é tida em consideração de quatro pontos, a saber:

- 1) Despertar os gestores das IES sobre a necessidade da criação de um instrumento que regule a concepção e execução de actividades de extensão universitária para a sua efectiva integração na gestão, deixando

de ser encarada como mero acessório dos outros processos universitários.

- 2) Ajudar os docentes na planificação e execução das suas actividades docentes, articulando a investigação no âmbito cooperativo do ensino, inovação e extensão, com vista à formação de cidadãos criativos e inovadores.
- 3) Ajudar os estudantes a interiorizarem o ensino superior como uma etapa essencial do seu currículo formativo, rumo à realização sócio-profissional e à sua projecção para o mundo do trabalho.
- 4) Ajudar os parceiros sociais, empresários e organizações afim, na compreensão da importância da extensão universitária no sentido de perceberem que as instituições de ensino superior são viveiros de profissionais, que devem estar identificados e cadastrados para não só, facilitar as futuras contratações, como também enquanto estagiários ajudar no aumento dos níveis de produtividade das suas empresas, sem aumentar os custos de produção.

### **Aprendizagem por experiência**

Existem muitos conceitos de aprendizagem, mas para Martín & Marchesi (1995), “é a mudança no comportamento ou desempenho em resultado da experiência. A aprendizagem ocorrerá de maneira mais satisfatória se houver uma motivação (necessidade ou desejo de aprendê-la) e um reforço (recompensa)” (p. 24).

Para José & Coelho (1999):

A aprendizagem significativa é aprendizagem como mudança de comportamento em função da experiência. Ressaltam que é comum as pessoas restringirem o conceito de aprendizagem somente aos fenómenos que ocorrem na escola, como resultado de ensino. No entanto, o termo tem um sentido mais abrangente: compreende os hábitos que formamos, os aspectos da nossa vida afectiva e a assimilação de valores culturais. Referem-se a aspectos funcionais, resultantes de toda estimulação ambiental recebida pelo indivíduo no decorrer da vida (p. 25).

Considerando o que foi exposto, conclui-se que, a aprendizagem por experiência diferente da aprendizagem receptiva ou passiva, é também conhecida por aprendizagem significativa ou aprendizagem por descoberta. Neste sentido, o aluno é o protagonista do processo de busca do conhecimento (Ausubel *apud* Päss, 2012).

Segundo o Ministério do Trabalho e Emprego do Brasil (2013), a aprendizagem por experiência era algo que ocorria somente nos Centros de Formação Técnico-profissional que mais tarde foi recuperado pelas escolas do Ensino Fundamental com a missão de integrar sócio-profissionalmente adolescentes e jovens em situação de atraso escolar.

Apesar de que foi Friedrich Froebel o fundador da aprendizagem por experiência, criando o «Jardim de Infância» na qual se aplica a aprendizagem por experiência da vida, por espontaneidade e pelos jogos lúdicos, foi segundo Spodek (2010), Ausubel quem de facto deu-lhe corpo científico.

Päss (2012) na interpretação que faz aos tipos de aprendizagem de Ausubel considera que a aprendizagem por experiência surge pelo facto de que o aprendiz tem em sua estrutura cognitiva elementos, experiências vivenciadas aos quais a acção didáctico-pedagógica dos professores deverá incorporar novas ideias para garantir a aplicação desta estrutura cognitiva.

Neste sentido, Ausubel distingue a aprendizagem mecânica da aprendizagem significativa. E, no dizer de Arceo & Rojas (2010), a aprendizagem significativa distingue-se da aprendizagem por espontaneidade, pois, esta não só se preocupa com a motivação e interesse do aluno em aprender, mas com o objecto a conhecer; deriva de uma lógica dialéctica que ocorre no processo de apropriação dos conhecimentos que tem como base os pré-requisitos que os estudantes já trazem de suas experiências prévias.

Na aprendizagem por experiência, sendo o estudante, o responsável pelas suas experiências, caberá a ele mudar a sua conduta, o seu comportamento, o seu agir em detrimento da experiência vivida. Pelo que, o professor transforma-se em mediador das aprendizagens; aquele que cria condições que tornam permeáveis

novas ideias, novas condutas e a aquisição de novos hábitos, habilidades e competências favoráveis ao seu desenvolvimento integral. Para que tal aconteça e para que os professores exerçam influência positiva, os recursos educativos devem estar disponíveis, cuidadosamente planificados e integrados como elementos essenciais para a execução satisfatória do trabalho docente.

É pois com vista na aprendizagem significativa que a Extensão Universitária, de acordo com Magalhães (2017), surge como a componente do processo de ensino-aprendizagem que dará solidez aos conhecimentos aprendidos, leva os estudantes a prática ou treinamento das habilidades adquiridas ao longo das experiências em contexto real, servindo-lhe de estágio pré-profissional.

### **Extensão universitária no mundo**

A expressão extensão universitária deriva do Latim que por sua vez que, aponta a expressão:

*extensione*, acção ou efeito de estender ou estender-se, qualidade daquilo que é extenso, vastidão, ampliação, pequeno ramal para o qual se estende uma linha telefónica ou número identificador desse ramal. Já universitária, de *universitariu*, relativo à universidade. Universidade de “*univeritate*” – instituição educacional que abrange um conjunto de escolas superiores destinadas à especialização científica e profissional; cooperação docente de cada um desses conjuntos (Dicionário Integral da Língua Portuguesa, 2009, pp. 747 e 1639).

Trata-se de uma expressão bastante polissémica cuja compreensão nos remete a considerações de “Tendências e Modelos de Extensão Universitária” (Ima-Panzo, 2018, p. 37).

Segundo Ima-Panzo (2018), “o vocábulo extensão, em função do contexto comunicacional indica alguma ambiguidade de sentidos, pois, ele é utilizado em vários domínios, nos quais se inclui o universitário. Nesta esfera, confunde-se muitas vezes com expansão universitária” (p. 37). Embora, a expansão possa subsidiar a compreensão da Extensão Universitária, constituem conceitos integradores dos processos universitários; porém, cada um conserva sua essência substantiva no fazer universidade.

Se a “Expansão Universitária” significa prestação de serviços, difusão de conhecimento, interacção cultural, responsabilidade social ou criação de núcleos, polos ou salas anexas aos dos cursos que constituem faculdades e/ou escolas superiores, a “Extensão Universitária” enquanto processo, constitui-se na manifestação, no movimento operante, cuja significância resulta na transformação da sociedade para o crescimento e desenvolvimento sócio-económico da circunscrição.

Neste sentido, a Extensão Universitária tem a ver com a “cultura; a cidadania; conteúdos; ensino; investigação científica; prática docente; prática laboratorial; experiências; valores; difusão; inter-relação; comunidade; empresa; sociedade; transformação e inovação científica; técnica e tecnológica” (*Ibidem*, p. 38).

Todavia, as aproximações e distanciamentos da definição de Extensão Universitária dependem do contexto do qual emanam exigências sociais que vão determinar as modalidades desta.

A problematização dos conceitos operativos permitiu-nos analisar os antecedentes históricos do referido processo, o seu enquadramento no contexto angolano e como é encarada na ESPKN.

De modo geral, a extensão universitária é a comunicação entre a universidade ou a instituição de ensino superior com a comunidade circundante. É muitas vezes chamada também de Extensão Académica, referindo-se a realização de acções ou actividades que visam promover a troca de saberes científicos e empíricos de modo que, ambos os conhecimentos se complementem para a resolução dos problemas da referida comunidade ou de grupos sociais a que se destina.

A história destaca a Inglaterra, a Bélgica, a França, a Alemanha e o resto da Europa no século XIX onde se deram os primeiros passos de abertura das academias ao mundo. Porém, a integração da extensão como um dos eixos centrais no fazer universidade, ao lado do ensino e da pesquisa, assistiu-se nos Estados Unidos da América, com os esforços da Universidade de Chicago, em 1982 ao

terem criado a *Society for the Extension of University Teaching*, no seio da qual foram dinamizadas e impulsionadas as primeiras acções de Extensão Universitária.

A este exemplo, junta-se a Universidade de Wisconsin, em 1903, que colocou ao serviço do Estado Americano os seus professores como *technical experts* (Ima-Panzo, 2018).

É neste contexto histórico que se identificam duas vertentes principais deste processo universitário:

- 1.<sup>a</sup> iniciada na Europa é caracterizada pelo envolvimento comprometido da universidade na realização de acções em prol da comunidade num movimento abrangente que integra várias forças da sociedade, como a Igreja, o Estado, os movimentos políticos e demais organizações sociais;
- 2.<sup>a</sup> iniciada nos Estados Unidos da América e tem como traço identitário a transferência de tecnologia da universidade para o sector empresarial, com a finalidade de contribuir de forma decisiva na actividade económica e empresarial (Ibidem, p. 39).

Na sequência dos efeitos da extensão universitária na vida social, as instituições que se empenharam abraçando-a como desiderato essencial dos processos de gestão universitária constituem as universidades que se destacam no Ranking Internacional. Neste particular, justifica-se a razão de ser a Europa, mormente o Reino Unido, e os Estados Unidos da América na liderança dos rankings (cfr. Times Higher Education *apud* Secretaria da Educação, 2020).

Se no Ocidente a extensão universitária vislumbrou-se no século XIX, na América Latina só no século XX é que se começou a dar os primeiros passos sob apanágio da promoção da acção cultural, resgate dos saberes populares e a construção da identidade nacional.

Referindo-se ao contexto latino-americano, a extensão universitária surge revestida do princípio da justiça social, traduzido no dever das instituições de ensino superior de partilhar os seus conhecimentos e a sua cultura com os desfavorecidos (Serna, 2007 *apud* Ima-Panzo, 2018).

Em África, apesar da notoriedade das Universidades do Magrebe, foi a África do Sul quem dinamizou a Extensão Universitária, quer pelo contacto que

sempre teve com as universidades inglesas, como pelos projectos dinamizados em cooperação e intercâmbio com as universidades latino-americanas, com destaque para as brasileiras. Mas foi por intermédio do projecto de integração internacional Luso-Afro-Brasileiro que as experiências das universidades africanas foram partilhadas no mundo latino-americano e seus efeitos transcorreram pelo mundo, através do despertar da necessidade de democratização do acesso ao Ensino Superior que fez com que, o Quênia, Gana e Malawi dinamizassem os processos de internacionalização dos serviços prestados, criando projectos de apoio e incentivo aos estudantes mais carenciados, projectos de retenção de talentos no continente berço, até à atracção de afro-descendentes para o reforço da competência técnica e profissional, com vista à alavancagem do ensino nos países africanos.

No mundo Lusófono, por exemplo, foi criado o Fórum de Gestão do Ensino Superior nos Países e Regiões de Língua Portuguesa (FORGES) para no período de quatro anos reflectir-se sobre o impacto do Ensino Superior na transformação positiva da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa e organizações congêneres.

### **Base legal da extensão universitária em Angola**

A Extensão Universitária em Angola não acompanhou o mesmo ritmo de implementação do “Ensino e Investigação”. Se no âmbito da Universidade Agostinho Neto (UAN), a extensão se confundia com a expansão universitária, embora implicitamente fosse praticada com a capa de actividades extra-docentes, extra-escolares e extra-curriculares. Com o redimensionamento da UAN em mais seis, depois em oito universidades públicas, com as devidas regiões académicas, esta componente ficou esquecida em algumas Unidades Orgânicas.

O Reitor como representante do titular do poder executivo por subdelegação de poderes ao Departamento Ministerial que o nomeia, deixou de prestar atenção aos problemas substantivos da comunidade académica, extinguindo-se na prática os órgãos colegiais na concepção, planificação, execução e controlo das acções a executar.

Em consequência, uma vez que a Extensão Universitária nunca tinha aparecido de forma expressa nos documentos reitores dos processos na universidade, a prestação de serviços à comunidade como reza nos Estatutos Orgânicos das IES criadas no âmbito do redimensionamento, passou a ser um tarefa marginal e muitas vezes realizadas a pedido dos governos provinciais ou seus órgãos auxiliares. Uma manifestação clara de “universidade «torre de marfim»” (Silva, 2016, p. 74).

Várias formas foram ensaiadas no sentido de o Ensino Superior deixar de ser o celeiro de futuros gestores ao serviço da política governativa e sim, instituições de materialização das políticas educativas aprovadas e centro de práticas inovadoras. Desde a sua elevação de Secretaria de Estado a Ministério do Ensino Superior, Ciência e Tecnologia, sua divisão em Ministério do Ensino Superior e Ministério da Ciência e Tecnologia, em 2017, o retorno a antiga designação, com incremento do termo Inovação em Ministério do Ensino Superior, Ciência, Tecnologia e Inovação (MESCTI), demonstra a clarividência de tentativas de tornar o Ensino Superior em Angola, mais acutilante e mais presente nos Objectivos Estratégicos do Governo, alinhados com Agenda do Desenvolvimento Sustentável (Assembleia Nacional, 2018).

Desde 2018 que a extensão universitária já consta dos principais documentos reitores e já integra as narrativas dos órgãos de gestão do Ensino Superior, públicas, privadas e público-privadas. Tal como consta no Decreto n.º 26/18, de 1 de Fevereiro sobre as atribuições do MESCTI, no seu artigo 2º, se declara: propor e coordenar a implementação das políticas do Governo nos domínios do Ensino Superior, Ciência, Tecnologia e Inovação, bem como conceber o modo de organização, financiamento, execução, acompanhamento e avaliação das actividades de ensino, investigação científica, desenvolvimento tecnológico e extensão.

A fundamentação legal da articulação dos (4) quatro eixos (Ensino, Investigação, Inovação e Extensão) ficou reforçada e bem notória na Lei n.º 32/20, de 12 de Agosto, Lei que altera a Lei 17/16, de 7 de Outubro, cujo artigo 61º a)

narra que o Subsistema de Ensino Superior é o conjunto integrado e diversificado de órgãos, instituições, disposições e recursos que visam a formação de quadros e técnicos de alto nível, a promoção e a realização da investigação científica e da extensão universitária com o objectivo de contribuir para o desenvolvimento do país, assegurando-lhe uma sólida preparação científica, técnica, cultural e humana.

Assim, entre os objectivos gerais do Subsistema do Ensino Superior consta: “promover a extensão universitária, através de acções que contribuam para o desenvolvimento da própria instituição e da comunidade em que está inserida” (alínea g do artigo 63.º) (Assembleia Nacional, 2020).

Os eixos reflectidos no Decreto já citado respondem aos (4) quatro pilares da educação para o Século XXI, estabelecidos pela UNESCO, nomeadamente aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver com os outros e aprender a ser (Artigo 5.º do Decreto n.º 193/18, de 10 de Agosto).

O cumprimento destes 4 eixos e/ou pilares decorre da articulação dos princípios específicos de organização curricular no Ensino Superior dos quais destacamos o primeiro, o da Integralidade da formação, o sétimo, da Interdisciplinaridade e o oitavo da Flexibilidade na formação e na praxidade (cfr. Artigos 4.º, 5.º, 11º e 12.º, todos do Decreto n.º 193/18, de 10 de Agosto sobre NCGCGES - Normas Curriculares Gerais de Graduação do Subsistema de Ensino Superior).

A partir dos pressupostos legais invocados, entendemos que a extensão e inovação fazem parte dos pressupostos de funcionamento das IES em Angola, porém têm sido preteridas na gestão dos processos universitários em muitas das nossas instituições de ensino superior.

No tópico a seguir, passaremos em revista algumas das principais tendências e perspectivas de acções para a institucionalização da extensão universitária nas instituições públicas do ensino superior em Angola.

## Principais tendências e perspectivas de institucionalização da extensão universitária em Angola

Os primeiros esforços para institucionalização da extensão universitária em Angola registam-se há pouco menos de cinco anos. E, foram entre outras, as razões da realização da 1.<sup>a</sup> Conferência Internacional sobre Extensão Universitária em Angola que teve lugar em Caxito/Bengo entre os dias 25 e 26 de Maio de 2017, numa promoção da Escola Superior Pedagógica do Bengo (ESPB), cujos resultados parciais da segunda edição realizada entre 23 a 24 de Maio de 2019, deram lugar a criação da Revista Angolana de Extensão Universitária (Escola Superior Pedagógica do Bengo, n.º 1, 2019).

Esse evento periódico que visa reflectir as diferentes possibilidades e resultados das iniciativas de Extensão Universitária em Angola emergentes da capacidade imaginativa dos actores das iniciativas extensionistas e da qualidade das mesmas, partindo de um olhar sobre as dimensões histórica, cultural e social da extensão tem estado a surtir efeitos positivos e contagiado outros actores (Escola Superior Pedagógica do Bengo, 2020).

Outras instituições têm avançado com o incentivo de pesquisa nesta área, na criação de regulamentos próprios, bem como a captação de parceiros públicos e privados que possam financiar e patrocinar as actividades de extensão e o alargamento da cooperação e intercâmbio quer a nível nacional como internacional.

Em 2020, a Escola Superior Pedagógica do Bengo em articulação com o Instituto Superior de Ciências de Educação da Huíla (ISCED-Huíla) organizaram um número especial da Revista Angolana de Extensão Universitária dedicado à discussão a cerca dos impactos da Covid-19 na educação com o tema: *“Reflexões sobre os impactos da Covid-19 na educação e outros questionamentos para a sociedade angolana”* (ESPB & ISCED-Huíla, 2020, p. 1).

Trata-se de uma demonstração clara da preocupação e engajamento das IES na materialização deste novo desafio que é determinante no contexto educativo em pleno século XXI. Assim, buscando experiências da Argentina, Brasil e

Portugal, os actores da política de Ensino Superior em Angola têm vindo a debater sobre os principais eixos:

Política de Estado sobre o lugar da extensão universitária nas Instituições de Ensino Superior (IES) do século XXI, a extensão universitária na carreira do docente do ensino superior. Factor de desenvolvimento pessoal e profissional e políticas e estratégias de extensão universitária nas IES. O papel da extensão universitária na elevação da qualidade da oferta formativa nas IES e de transformação da realidade social, bem como as oportunidades de financiamento da e para a extensão universitária nas IES (Agência Angola Press, 2017, pp. 1-2).

Vê-se de facto, uma clara viragem de pensar o modo de fazer ensino na universidade, contrariamente do que vinha sendo praticado, que não diferia do ensino praticado nas escolas do Ensino Geral.

Segundo Fleury (2017), se da aprendizagem do Ensino Superior não resultar a transformação do indivíduo, na forma de ser, estar e agir, então, mesmo estando na universidade, estaremos a exhibir o estatuto de estudante universitário com o perfil de alunos do ensino geral. E, para que isto não aconteça, é imperioso que a concepção construtivista que subjaz no arquétipo do sistema educativo angolano, saia dos decretos para a prática em sala de aulas e fora dela.

Neste contexto, torna-se necessário apelar ao docente universitário que, para além dos conteúdos da unidade curricular que lecciona, conheça o perfil do estudante universitário em geral e, em particular dos seus estudantes e, saiba distinguir claramente que a actuação dele é e deve ser diferenciada do aluno para não confundirmos os campos de actuação, sendo que, para cada nível, para cada turma e para cada curso se exigem procedimentos e atitudes diferentes de actuação como docente.

Neste particular, a Extensão Universitária, a par da Inovação, reclama por um ensino mais pragmático e mais contextualizado à realidade da comunidade envolvente, ou seja, a problematização científica das necessidades sentidas pelos cidadãos no contexto universitário, e estando de acordo com Araujo (2020), vai exigir a constatação dos fenómenos e factos, reflexão e busca de soluções práticas

que só no âmbito da aprendizagem por experiências, na elaboração de projectos é que os conhecimentos ganham significância e utilidade.

### **Práxis andragógica em Angola: na busca da qualidade e inovação no ensino superior**

Tal como na Europa, na América, Ásia, na Austrália, também em África e, em Angola, a criatividade está na valorização dos quatro contextos, que Morais (2001) designa por **Esquema dos quatro P's**, isto é, a ênfase nas componentes da Pessoa, do Processo, do Produto e do Contexto social (em inglês Press).

No âmbito da escola como instituição de instrução e educação dos indivíduos, deve-se valorizar cada vez mais o enigma de cada ser humano, como um talento a descobrir, melhorar os processos e procedimentos pelos quais as pessoas processam, reconstroem e reaproveitam as informações e as transformam em aprendizagem significativa, de cujas experiências resultam na produção de novos produtos, na invenção de instrumentos, formas diversas de solucionar problemas ou modificar contextos sociais.

Por isso, consideramos a articulação dos quatro eixos dos processos universitários, a aplicação da criatividade, considerando o Ensino – o acto de influenciar mudanças, transformação intelectual dos estudantes; a Pesquisa – o acto de buscar novas formas e novas estratégias de ensinar e aprender; a Inovação – o acto de criar, recriar, construir e reconstruir coisas novas, ainda que em tempo de crise.

A interconexão e envolvência das universidades aos vários problemas sociais, é, e deve ser, a essência operativa dos seus actores (docentes, estudantes, gestores e parceiros) das IES.

Angola concorre desta forma para se posicionar entre os países que estão engajados na materialização das novas dinâmicas educativas. Uma educação de qualidade que através de métodos activos despertam a atenção e a curiosidade do aluno e o projecta como cidadão activo, proactivo e responsável, pois, como sustenta Mauro (2008) que, de acordo com John Dewey, a educação deve ser a preparação do indivíduo para a vida adulta.

As novas dinâmicas, sobretudo as advogadas por John Dewey e seus seguidores, obrigam que a Andragogia, enquanto ciência dos procedimentos e técnicas de ensino-aprendizagem adequadas às escolas da Pós-modernidade, seja ela segundo Blanchard & Muzás (2008), a responsável por oferecer aos docentes os dispositivos psicológicos, técnicos e tecnológicos para a orientação da aula como processo comunicativo e interactivo onde ninguém ensina a ninguém, e simplesmente, homens e mulheres adultos interagem no mesmo espaço geográfico ou virtual na auto-construção de conhecimentos úteis à sua participação activa e responsável no cenário da organização e desenvolvimento da sociedade em sentido micro e macro.

Considerando que o estudante universitário é um homem ou mulher adulto(a), então advogamos a implementação urgente da Andragogia, pois, trata-se de projectar o processo de ensino-aprendizagem com o propósito de que, e estando de acordo com Tasso e Aquino (2007), as experiências partilhadas e adquiridas sirvam para a vida laboral e projectem o estudante para ser capaz de aprender ao longo da vida.

Neste contexto, o professor é convidado a promover experiências e projectos que estimulem os estudantes a exploração do seu potencial criativo para descobrirem as suas valências profissionais através das descobertas de novos talentos, a fim de poderem adaptar à competitividade sócio-profissional que caracteriza o mundo capitalista.

### **O docente como fomentador da inovação e extensão universitária**

Com aprovação do Novo Estatuto da Carreira Docente do Ensino Superior que faz constar a presença de professores visitantes e convidados, investigadores visitantes e convidados, leitores de língua viva, técnicos especialistas nas áreas de prática de laboratório, literatura e cultura tradicional, legitima o trabalho do estudante-monitor, a par do Regulamento de Avaliação de Desempenho Docente, bem como a entrada em vigor dos instrumentos de Avaliação e Acreditação das

IES e seus respectivos cursos, nos quais, os quatro eixos do Ensino Superior (ensino; investigação; extensão e gestão) são de forma recorrente assinalados como eixos indissociáveis na apreciação dos indicadores a fim, podemos afirmar que a Extensão Universitária veio para ficar.

Com efeito, os docentes são chamados a envidar esforços para demonstrar seu comprometimento com o desenvolvimento das comunidades nas quais actuam. E, a participação activa e colaborativa dos estudantes é fundamental, na medida em que, com sua maturidade académica e intelectual, a sua capacidade de recolha de informações no seio da comunidade, poderá ajudar na reprojectão da universidade com e para a sociedade.

Silva (2016) sustenta que o docente como indivíduo, que tem visão internacional da Educação e Ensino, deverá através de workshops, conferências, palestras, tertúlias, seminários, aulas abertas, entre outras, passar as suas experiências e de outros profissionais, como verdadeiros “coachings” para não só ajudar os estudantes na superação das adversidades; mas também para que os universitários correspondam às expectativas da política do ensino e respondam aos problemas estruturais e conjunturais da sociedade angolana e, estejam a altura de ombrear com profissionais formados em outras latitudes do mundo, sempre que estiverem em condições de competitividade mutuamente excludentes.

Concordando com Boaventura & Gonçalves (2014), o Pragmatismo Andragógico aplicado pelos docentes se vai traduzir na introdução de suplementos curriculares, não só a nível das actividades escolares, como também extra-docentes e extra-escolares, tratando-se da aplicação do currículo oculto.

### **Metodologia**

De acordo com a realidade da investigação optou-se pela pesquisa descritiva, com abordagem qualitativa.

Nesta pesquisa foram observados, registados, analisados, classificados e interpretados factos, objectivando uma descrição das características conhecidas do problema, sem que os autores interfiram neles.

Quanto aos métodos foram usados a análise, síntese, dedução, indução e a revisão bibliográfica. Entre as técnicas de recolha de dados foram aplicadas a observação e a entrevista.

### **Resultados da entrevista aplicada aos docentes e estudantes**

Como nos referimos na introdução, este trabalho resulta de um estudo descritivo de enfoque qualitativo, aliado a uma reflexão teórica. Cumprida a parte teórica, somos a apresentar a síntese da interpretação das percepções dos docentes e estudantes da ESPKN.

Apesar de a extensão universitária vir implicitamente plasmada no Estatuto que cria a ESPKN e constar como uma das cinco metas de curto prazo, a sua implementação concreta e exaustiva ainda está aquém do previsto no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), a começar pela ausência de um regulamento próprio.

Os docentes e chefes de departamentos de ensino e investigação consideram que a implantação da política de extensão universitária depende da construção de um modelo de gestão colaborativa e participativa de todos actores dos processos universitários, uma vez que, pela extensão, a universidade é de todos e para todos.

Os entrevistados reconhecem a existência de pequenos projectos de investigação e extensão com pendor intervencionista na acção educativa. Porém, a sua planificação e execução resultam inconsistentes e eficientes; pouca difusão e falta de divulgação pelos canais oficiais de comunicação pública, limitando a participação maioritária de docentes e estudantes internos.

Os docentes foram perentórios em afirmar que alguns protocolos e memorandos de cooperação e intercâmbio são apenas do conhecimento oral e nunca transpiraram resultados visíveis e, lamentam o fraco contacto entre o governo local e a ESPKN, sinalizando a necessidade de actualização do memorando de entendimento entre esta e o Governo Provincial do Cuanza Norte,

sobretudo com a Direcção do Gabinete Provincial da Educação seu principal parceiro.

Ainda foi revelada a fraca promoção da interdisciplinaridade no trabalho investigativo e académico, perca dos ganhos já alcançados no domínio do trabalho cooperativo entre os departamentos de ensino e investigação e os departamentos administrativos; pouca valorização das lideranças intermédias capazes de dinamizarem as actividades de extensão.

Se do lado dos docentes e alguns responsáveis reclama-se pela melhoria do clima organizacional e viragem da gestão centralizada para gestão democrática participativa; da parte dos alunos, a tónica recai para a má gestão académica e vida estudantil que se consubstancia no seguinte:

Os estudantes reconhecem que o ensino superior é a luz que faz movimentar toda sociedade, mas reclamam por um ensino que respeite as liberdades de pensamento e de agir dos alunos, clamando, assim, por uma actuação mais andragógica dos professores.

Reconhecem os esforços de determinados docentes que a título individual ou em equipa têm, no âmbito das suas aulas, criado momentos e ambientes que estimulam a participação dos estudantes nas dinâmicas do processo de ensino-aprendizagem e com recursos próprios e contribuição de seus estudantes realizam saídas, excursões, visitas de estudos, aulas abertas dentro e fora do recinto institucional. Todavia, exprimiram o desabafo de certos docentes seus, que no círculo interno da instituição são rotulados de “manas-madós”, “aparecedores” ou que queiram roubar o protagonismo dos gestores.

Os estudantes lamentam a falta de bom testemunho por parte de muitos docentes, ligados ao orgulho com os seus saberes, ou seja, na instituição em referência, existe pouca cultura do legado, estes últimos não têm discípulos (monitores), verifica-se pouca orientação de tarefas desafiadoras aos estudantes. Sucedendo desta maneira, cumpre-se a máxima referida por Teta (2001), segundo a qual uma instituição de ensino sem memórias, isto é, sem homens com

experiência que possam passar o testemunho aos mais novos, é uma instituição sem futuro.

Os estudantes universitários reconhecem que não devem depender simplesmente do professor e que devem ir em busca de conhecimento científico e técnico. Mas, reclamam por maior estimulação da criatividade e inovação científica no seio da comunidade académica; solicita-se maior articulação da teoria com a prática ao longo dos quatro anos de formação e o reforço da supervisão dos estágios curriculares; E os trabalhadores-estudantes, solicitam a consideração das experiências de trabalho como valor agregado e diferencial nas avaliações formativas passíveis de servirem de incremento e reforço da classificação sumativa, sendo que a aprendizagem no trabalho chega a ser mais eficiente que a aprendizagem restringida à sala de aulas.

Alguns estudantes que ocupam responsabilidades sociais e governativas desafiam a direcção de escola na criação de um centro de estudos e pesquisa que possa subsidiar aqueles que trabalham e residem distante da sede provincial com aulas tutoriais e acompanhamento docente diferenciado, bem como abrir-lhes a possibilidade de realização de estágios nos municípios de seu labor como professor.

## **Conclusões**

A revisão da literatura efectuada levou-nos a inferir que a extensão universitária produz efeitos significativos na resolução dos problemas sociais, já que a educação e o ensino garantem a satisfação das necessidades, sendo que é através da realização de actividades socialmente úteis que se garante o emprego. A universidade deve antes de mais projectar o cidadão para o exercício eficaz da profissão prevista no perfil de saída do seu curso.

A concretização do perfil de saída do formando adquire-se ao longo das aulas, mas é através das experiências que o estudante ensaia, treina e aperfeiçoa as habilidades laborais e ganha competências sociais de adulto, capaz de realizar um trabalho competitivo e colaborativo para o desenvolvimento da sua comunidade,

vislumbrando desde a formação a articulação da ciência e a técnica com visão macro.

A inoperatividade da extensão universitária resulta em grande medida da fraca interdisciplinaridade, integralidade e flexibilidade como princípios norteadores do Sistema de Educação e Ensino previstos nos diplomas e regulamentos do funcionamento do ensino superior angolano; da pouca visão pragmática; da gestão centralizada; da fraca promoção da aprendizagem por experiência; da falta de projectos que ambicionam os potenciais empregadores; da pouca actuação andragógica dos docentes e da ausência de um regulamento próprio que rege a extensão universitária na maioria das instituições de ensino superior em Angola.

A aprendizagem por experiência advogada nesta pesquisa faz compreender que a nova percepção da educação e do ensino proporciona um conhecimento de todas as coisas, não como enciclopédia, mas, como perspectivas multidisciplinares. Face a estes resultados, sugere-se a:

Assunção e integração da extensão universitária na agenda de prioridades na gestão das IES;

Aprovação do Regulamento de Extensão Universitária a nível da ESPKN;

Criação de um Centro de Estudos e Pesquisa;

Promoção de estágio pré-profissional e melhoria da prática de estágios curriculares;

Propiciação da aprendizagem por *training-on-job* àqueles estudantes-trabalhadores ou trabalhadores-estudantes;

Incentivo à cultura empreendedora aos estudantes; promoção de encontros inter-turmas, inter-cursos, inter-departamentos e inter-instituições para a factibilização da interdisciplinaridade e formação holística integral;

Criação de actividades científicas, sociais, culturais, artísticas e desportivas com vista a troca de experiências e ampliação das competências sociais entre ex-estudantes e novos estudantes; melhoria do associativismo estudantil, por formas a criar sinergias na gestão académica e vida estudantil;

Identificação e ampliação de oportunidade de reforço à cooperação e intercâmbio institucional a nível nacional e internacional;

Notabilização e apresentação à comunidade dos criadores de patentes, marcas, lemas, logotipos, slogan e projectos científicos, artísticos, culturais, literários, técnicos ou de inovação que tenham impactado o contexto investigativo da comunidade académica ou que tenham marcado os eventos realizados;

Definição com clareza das vantagens comparativas entre os participantes e não participantes nos projectos de investigação e extensão;

Criação de uma plataforma digital que facilite a publicação dos resultados das actividades realizadas (revista electrónica indexada ou a criação de uma acta de resumos ou qualquer outro periódico);

Participação e promoção de actividades comunitárias com a coordenação da ESPKN onde os membros da comunidade tomam maior protagonismo.

### **Referências bibliográficas**

Agência Angola Press. (3 de Março de 2017). Bengo: ESPB promove 1ª Conferência Internacional sobre extensão universitária em Angola. ANGOP.

Araujo, T. d. (2020). Aprendizagem baseada em projectos: a produção de videos de propaganda política na disciplina de Língua Inglesa no Ensino Médio. Em A. A. Carvalho, & O.-F.-U. d. Coimbra (Ed.), Actas do 5º Encontro sobre jogos e Mobile Learning (2ª Edição ed., Vol. 2, pp. 808-823). Coimbra: Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX.

Arceo, F. D. & Rojas, G. H. (2010). Estratégias docentes para un aprendizaje significativo: Una interpretación constructivista (3ª ed.). México: McGraw-Hill.

Assembleia Nacional. (7 de Outubro de 2016). Lei de Bases do Sistema de Educação e Ensino. Diário da República N° 170. Luanda, Angola: Imprensa Nacional.

Assembleia Nacional. (1 de Fevereiro de 2018). Decreto Presidencial N° 26-Estatuto Orgânico do Ministério do Ensino Superior, Ciência, Tecnologia e Inovação. Luanda: Imprensa Nacional.

Assembleia Nacional. (2018). Decreto Presidencial n.º 191/18-Estatuto da Carreira Docente do Ensino Superior de 08 de Agosto (Vol. I Série n.º 118). Luanda: Imprensa Nacional.

- Assembleia Nacional. (1 de Fevereiro de 2018). Estatuto Orgânico do Ministério do Ensino Superior, Ciência, Tecnologia e Inovação. Luanda, Angola: Imprensa Nacional.
- Assembleia Nacional. (12 de Agosto de 2020). Lei de Bases do Sistema de Educação e Ensino. Lei n.º 32/20, de 12 de Agosto-Lei que altera a Lei n.º 17/16, de 7 de Outubro. Luanda, Angola: Imprensa Nacional.
- Blanchard, M. & Muzás, M. D. (2008). Propostas metodológicas para professores reflexivos: Como trabalhar com a diversificação em sala de aulas. (E. e. Foco, ed., & C. P. Lopes, Trad.) São Paulo: Paulinas.
- Boaventura, J. F., & Gonçalves, A. (2014). Reprojectar a Escola: Projecto Educativo e Projectos Curriculares na Comunidade Educativa. Roma: Proiect Edizioni.
- Carvalho [Coord.], A. D. (2006). Dicionário de Filosofia da Educação. Porto: Porto Editora.
- Decreto Presidencial n.º 285/20. (29 de Outubro de 2020). Reorganização da Rede de Instituições Públicas de Ensino Superior. Diário da República, I Série n.º 173. Angola: Imprensa Nacional.
- Departamento de Investigação Científica, I. E. (2014). Relatório Semestral das Actividades. Ndalatando: ESPKN.
- Diário da República de Angola. (12 de Maio de 2009). Decreto n.º 7/09, de 12 de Maio. Ministério do Ensino Superior, Ciência e Tecnologia. Luanda: Imprensa Nacional.
- Dicionário Integral da Língua Portuguesa. (2009). Lisboa: textos Editores, Lda.
- Dinello, R. (2007). Tratado de educación: proposta pedagógica del nuevo siglo, con los mapas conceptuales de la expresión Ludcreativa. Uruguay: Grupo Magró.
- Escola Superior Pedagógica do Bengo. (24 de Maio de n.1-2019). Revista Angolana de Extensão Universitária. Acesso em 17 de Agosto de 2020, disponível em <https://portalpensador.com/index.php>
- Escola Superir Pedagógica do Bengo. (24 de Maio de 2020). Diferentes Possibilidades e Resultados de Iniciativas de Extensão Universitária. 2ª Conferência Internaional sobre Extensão Universitária em Angola. 2. Caxito/Bengo: ESPB. Fonte: RAEU-BENGO: <https://portalpensador.com/index.php>
- ESPB & ISCED-Huíla. (2020). Edição Especial: Reflexões sobre os impactos da covid-19 na educação e outros questionamentos para a sociedade angolana. Revista Angolana de Extensão Universitária. 2. Caxito/Bengo: ESPB-ISCED-Huíla.
- Fleury, J. (5 de Janeiro de 2017). Acesso em 22 de Setembro de 2018, disponível em <http://www.estrategiaconcursos.com.br>.

- Gil, A. C. (2008). Métodos e técnicas de Pesquisa Social. 6ª Ed. Atlas. S.A. São Paulo. Disponível em: [http://peuma.e.p.f.unblog.fr/files/2011/05/di\\_ciciona\\_riopedagogicocitrico2011segundaedicin.pdf](http://peuma.e.p.f.unblog.fr/files/2011/05/di_ciciona_riopedagogicocitrico2011segundaedicin.pdf).
- González, J. A., Fernández, A. H., & Camargo, C. (2014). Aspectos Fundamentais da Pesquisa Científica. Asunción: MARBEN & Gráfica.
- Ima-Panzo, J. (2018). Extensão Universitária em Angola: Tendências, Acções e Projecções. Luanda Mayamba.
- José, E. A. & Coelho, M. T. (1999). Problemas de Aprendizagem. São Paulo: Ática.
- Kavela, P. C. (2018). O Pragmatismo como substrato filosófico e curricular para a construção de saberes significativos nos estudantes do Ensino Superior em Angola. Prova Pública para Mudança de Categoria. Ndalatando: Escola Superior Pedagógica do Kwanza Norte.
- Magalhães, G. (2017). Como ser um bom aluno e ter sucesso na universidade. Luanda: Yossu Editora.
- Martín, E. & Marchesi, A. (1995). Desenvolvimento metacognitivo e problemas de aprendizagem. Em Desenvolvimento Psicológico (Vol. 3, pp. 24-35). Porto Alegre: Artes Médicas.
- Mauro, D. N. (2008). A importância do conceito no pensamento deweyano: relação entre pragmatismo e educação [Tese doutoral]. Acesso em 23 de Maio de 2020, disponível em <https://www.teses.usp.br>
- Ministério do Trabalho e Emprego do Brasil . ( 2013). Manual da aprendizagem: o que é preciso saber para contratar o aprendiz. Brasília: Secretaria de Inspeção do Trabalho.
- Morais, M. d. (2001). Definição e avaliação da criatividade: Uma abordagem cognitiva. Braga: CEEP, Instituto de Educação e Psicologia Universidade do Minho.
- Päss, A. R. (12 de Janeiro de 2012). Teorias de aprendizagem. Acesso em 23 de Julho de 2020, disponível em Scrinia Libris: <https://www.scrinialibris.com>
- Sampieri, R. H., Fernández, C. & Lucio, C. P. (2014). Metodologia de la Investigación (6ª ed.). Santa-Fé-México: MCGraw-Hill education.
- Secretaria da Educação. (24 de Abril de 2020). Governo do Estado São Paulo. Acesso em 17 de Agosto de 2020, disponível em Unesp é destaque em ranking global que mede impacto social: <https://www.educacao.sp.gov.br>
- Silva, E. A. (2016). Gestão do ensino superior em Angola: Realidades, tendências e desafios, rumo à qualidade. Luanda: Mayamba.
- Spodek [Org.], B. (2010). Manual de Investigação em Educação de Infância ( 2ª Edição ed.). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Tasso, C. & Aquino, A. D. (2007). Como aprender: andragogia e as habilidades de aprendizagem. São Paulo: Pearson.

Teta, J. S. (10 de Dezembro de 2001). Candidatura por Uma Universidade Moderna, Unida e Actuante. Luanda, Angola: Direcção dos Serviços de Documentação e Informação Científica da UAN.

*Recebido em 19 de Agosto de 2020  
Aceite em 07 de Outubro de 2021*



Este artigo está licenciado sob a licença: [Creative Commons Attribution-NonCommercial 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/). Ao submeter o manuscrito o autor está ciente de que os direitos de autor passam para a Revista Científica do ISCED-Huíla.